

**ASPECTOS DA ESCRAVIDÃO URBANA NO SERGIPE OITOCENTISTA:
MERCADO, CONFLITOS E PODER LOCAL.
(1850-1870)**

Denilza Viana de Almeida¹

Resumo: Este artigo trata da escravidão urbana na província de Sergipe, no âmbito do século XIX, a partir da pesquisa realizada em documentos da imprensa periódica (anúncios de compra e venda de escravos, aluguel e fuga) associados a outros de origem administrativas (legislação provincial e código de posturas municipal). São tratados os diversos subsídios de constituição e dinâmica da escravidão em Sergipe, tais como, mercado, poder local e conflitos no meio público urbano, a partir das contribuições teóricas metodológicas da História Social. Essa pesquisa mostra que a presença do escravo urbano se configurava desde o centro da cidade até sua área periférica, revelando experiências cumulativas de improvisação, aculturação e resistência ao poder. Sendo, por isso, importante no processo concreto de formação das relações sociais e quotidiana na vida cidadina.

Palavras chaves: Escravidão Urbana. Mercado. Poder Local.

¹ A autora é Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Sergipe. O artigo foi originalmente apresentado à disciplina Prática de Pesquisa, sob a orientação do Professor Carlos de Oliveira Malaquias, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em História. E-mail: **denilsa_viana@hotmail.com**

Introdução

O presente artigo tem por finalidade abordar aspectos significativos da escravidão urbana na Província de Sergipe nos seus mais importantes núcleos de povoações (Estância, região do Cotinguiba e Aracaju) no recorte de 1850-1870. Segundo Passos Subrinho, “A utilização da mão de obra escrava fora um fenômeno utilizado em todos os setores e regiões do Brasil colonial e imperial. Mesmo em regiões e/ou atividades onde se supunha não ter havido o emprego da mão-de-obra escrava, esta foi efetivamente utilizada”.² Podemos assim dizer que a força do braço escravo era o sustento do sistema econômico brasileiro. A província de Sergipe apresentava um caráter predominantemente agrário, porém o emprego da mão de obra escrava era designado para as mais diversas atividades, ou seja, o trabalho do negro não era exclusivo do campo, pois os senhores, além de possuírem as propriedades no meio rural, possuíam as suas residências urbanas. Segundo Almeida, “Se aí não permaneceram por todo o ano, procuravam, contudo ter suas residências domingueiras para assistir à missa ou trocar visitas com os membros locais mais prestigiados”.³ Com isso não podemos ignorar que existia grande movimentação entre as propriedades. Além do mais, os entrepostos comerciais e políticos estavam localizados nos centros urbanos, um exemplo é a Alfândega e o Porto da Capital de Sergipe. Em Almeida, é citada a questão dos portos e trapiches de Sergipe, destaca que “os pequenos estaleiros empregavam uma classe de artesãos muito parecida com a dos pedreiros ou dos ferreiros, talvez com consciência de exercerem um ofício mais nobre. Às vezes pessoas desempregadas improvisadas diante de uma encomenda nova ou uma restauração maior. Tanto havia livres como escravos, alguns desses alugados por seus senhores”.⁴ Sendo assim, podemos concluir que a zona urbana também já se utilizava da mão-de-obra servil.

Os trabalhos sobre a escravidão na Historiografia Sergipana são inúmeros, ponho em destaque o trabalho de Sharyse Piroupo do Amaral *Um pé calçado, outro no chão* (2012),⁵ que trata de liberdade e resistência escrava na região de maior produção de açúcar e concentração de mão-de-obra escrava em Sergipe, o Cotinguiba. Cito também o trabalho de Lourival Santos escrito em 1991 “*Negros e Brancos: Uma Pedagogia da Violência*” (estudo

² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, FUNCAJU, 2000, p.75.

³ ALMEIDA, Maria da Glória S. de. *Sergipe, Fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: vozes, 1984, p.223.

⁴ Ibid. ALMEIDA, 1984, p.60.

⁵ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba (1860-1888)*. Tese de Doutorado, UFBA, ano de obtenção: 2007.

sobre a resistência em Sergipe no século XIX).⁶ Existem diversos outros trabalhos sobre a escravidão em Sergipe, porém ao adentrar na historiografia Sergipana sobre escravos urbanos na Província de Sergipe só encontrei um trabalho que oferece subsídio, que foi a obra de Maria Nely dos Santos “*Aracaju: um olhar sobre sua evolução* (2008)”.⁷ Percebi que nesse âmbito existe uma grande carência de estudos/trabalhos acadêmicos que preencham essa lacuna na historiografia Sergipana sobre a escravidão urbana na Província de Sergipe, será um trabalho inovador. Por esse motivo optei na escolha de analisar a escravidão urbana nos núcleos da Província Sergipe. Na minha concepção o estudo da escravidão urbana nessa localidade é de crucial importância, pois focaliza justamente um polo de formação escravista mercantil, região que se tornou fornecedor secundário nos mercados internacional de açúcar, algodão, fumo, aguardente, charque e farinha.

Século XIX, marco de 1850 anos da ocorrência da abolição do tráfico negreiro, sendo uma etapa de crescimento econômico e modificação da estrutura econômica, impulsionada, basicamente, pela expansão cafeeira no Sudeste. Para Sergipe é também um período de grandes mudanças, pois com o fim do tráfico negreiro internacional de escravos secar uma fonte tradicional de abastecimento de mão-de-obra, sendo agravado pela ocorrência de epidemia de cólera morbus.⁸ Apesar do agravamento da falta de mão-de-obra nas diversas economias regionais brasileiras, os preços internos de escravos se elevaram e alimentaram o tráfico interno. Segundo PASSOS SUBRINHO, “A economia da província se integra ao comércio internacional do açúcar e vai definindo relações econômicas entre as suas diversas regiões. Essa expansão foi acelerada nas décadas de 1840 e 1850, graças à elevação dos preços internacional do açúcar. É a partir desse período, que as elites sergipanas tentarão romper a intermediação de Salvador no comércio internacional e interprovincial”.⁹ Além do mais, em 1850 a população de escravos na província vai constar o número de 55.924 escravos que correspondia a 25,5% da população da província.¹⁰ Sendo que em 1850 existiam escravos em todas as regiões da Província. Já a datação de 1870 é de crucial importância, pois em seu âmbito é destacável uma crise no sistema da Província, falta de alimentos, epidemias e altos preços de escravos. Sendo que a partir desse momento está se configurando a passagem da mão-de-obra escrava para a livre.

⁶ SANTOS, Lourival Santana. “*Negros e Brancos: uma pedagogia da violência – Estudo sobre a resistência escrava em Sergipe no século XIX*”, UFS, 1991.

⁷ SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju. Triunfo, 2008.

⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe*, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987, p.11-12.

⁹ Ibid.1987, p.12.

¹⁰ MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey. População, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, pp. 139-150.

Pretendo analisar a escravidão urbana juntamente com os mecanismos que regiam o espaço urbano na Província de Sergipe tais como mercado, mobilidade e poder local. As fontes utilizadas são documentos da imprensa (anúncios de fuga, aluguel, venda e compra de escravos) pesquisados no acervo de jornais da Hemeroteca Digital, Biblioteca Epifânio Doria, IHGS e Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe e outros de natureza administrativa (legislação provincial e municipal) no que toca como suporte importante as licenças das câmaras municipais para o trabalho de escravos urbanos pelas ruas. A partir da análise desses documentos pretendo responder questões como: quais as atividades realizadas pelos escravos urbanos em Sergipe? Onde moravam? Em que contexto esse sistema era favorável tanto para o senhor de engenho como também para o escravo? Entender como era feita a fiscalização dos escravos urbanos? O objetivo dessa pesquisa é de refletir, as peculiaridades e características do trabalho escravo urbano, destacando o negro como um agente da cultura sergipana, sendo parte importante da parcela cidadina, em particular das classes trabalhadoras, sem perder de vista sua condição específica de cativos.

Para uma melhor compreensão, o trabalho irá dialogar com as mais recentes pesquisas feitas na área. Os trabalhos de Maria Nely dos Santos (Aracaju: um olhar sobre sua evolução), Lília Moritz Schwarcz (Retrato em Branco e Negro), Maria Odila (Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX), Gilberto Freire (O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX) que usarei como referencial teórico. Utilizarei também como apoio os trabalhos de Sidney Chalhoub (Visões da Liberdade), Mary Karasch (A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro), Wandercléia Santos (Os Escravos na Legislação Provincial de Sergipe).

O trabalho em foco está dividido em dois tópicos, no primeiro momento será trabalhado (“ecos do silêncio” mercado e escravidão urbana) pondo em destaque como os escravos estavam inseridos nos núcleos urbanos de Sergipe, trabalhando nas mais variadas especificidades como: marinheiro, sapateiro, carregador de cadeira etc. Em seguida trabalharei o tópico (trabalhadores escravos e poder local) demonstrando como a receita provincial taxava e tentava coibir a livre circulação de escravos nos ambientes públicos urbanos de Sergipe.

“Ecos do silêncio” mercado e escravidão urbana

"Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro". ¹¹

¹¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert, *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco e Alagoas e Sergipe, 1859*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. Citado por Ana Lourdes Ribeiro da Costa em *Espaços Negros “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX*. p. 21.

Na província de Sergipe, como em todas as regiões do Brasil colonial e imperial a utilização da mão-de-obra escrava fora um fenômeno constante, que generalizou-se por todos os setores econômicos.¹² Até mesmo em atividades que se supunha não ter havido o emprego do braço escravo, este foi efetivamente utilizado. Por exemplo, Almeida cita que “os pequenos estaleiros empregavam uma classe de artesãos muito parecida com a dos pedreiros ou dos ferreiros, tanto havia livres como escravos, alguns desses alugados por seus senhores”.¹³

Os subsídios sobre a presença e procedência étnica de escravos africanos em Sergipe, são raros e incompletos. A principal e única fonte encontrada refere-se ao século XVIII, que são cinco listas dos “lavradores que plantavam mandioca” na região. De acordo com a obra de Mott, até o ano de 1780 não há estatística do número de escravos existentes em Sergipe. Porém, a partir de 1802 os números já se mostram expressivos, com a população escrava de 19.434, o que representava 34,9% da população total.¹⁴ Em 1808 segundo D. Marcos Antônio de Souza havia 19.954 escravos, 30 mil mestiços, 20 mil brancos e 1.500 índios.¹⁵ Segundo José Honório Rodrigues, citado por Ariosvaldo Figueiredo, em 1823 a população sergipana é de 120.000 habitantes, 88.000 livres e 32.000 escravos, a população escrava superando no mesmo ano, a do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.¹⁶

E perceptível que no segundo ano do século XIX aparentemente Sergipe contou com a maior porcentagem de cativos face à população forra: mais de 1/3 dos seus habitantes eram cativos. A interrupção do tráfico negreiro parece não ter afetado inicialmente a proporção dos escravos vis-à-vis os livres, pois em 1850 havia 25,5% de escravos, em 1851 eles eram 25,4% e, entre 1854 e 1856, seu número manteve-se estável: 24,5%. A grande alteração nessa proporção se dá a partir de 1869, quando os cativos passam a representar 17,9% da população total. Em 1872 são 12,8% e no ano da abolição, apenas 5,6%.¹⁷ O quadro 1 abaixo nos permite visualizar essas informações.

¹² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, FUNCAJU, 2000, p.75.

¹³ ALMEIDA, Maria da Glória S. de. Sergipe, *Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis: vozes, 1984, p.60.

¹⁴ MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, p.140-143.

¹⁵ SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória Sobre a Capitania de Sergipe*. Governo de Sergipe. Aracaju: 1943, p. 89.

¹⁶ FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p.23.

¹⁷ MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, p.141.

Ano	Livres	Escravos	Total	%Escravo
1850	163.696	55.924	219.620	25,5%
1851	166.426	56.564	222.990	25,4%
1854	100.192	32.448	132.640	24,5%
1856	101.383	32.741	134.124	24,5%
1869	230.000	50.000	280.000	17,9%
1872	153.620	22.623	176.243	12,8%
1888	283.112	16.888	300.000	5,6%

Quadro1: População de Sergipe - Livres e escravos

Fonte: MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, p. 140-141.

Com o olhar voltado para os dados das matrículas de escravos das microrregiões de Sergipe, notei que a mão-de-obra escrava estava distribuída em todas as regiões. Em 1850, a população escrava sergipana era de 55.944 e estava distribuída das seguintes maneiras: o Cotinguiba possuía 21.687 com 39,09% dos cativos, a Mata de Sul tinha 12.644 com 22,60%, o Agreste-Sertão São Francisco 13.506 com 24,14%, o Agreste-Sertão Itabaiana 4.266 com 7,62%, e por fim o Agreste-Sertão Sul com 3.661 representando o menor índice de cativos 6,54%.¹⁸ Com esses dados é possível perceber o significado numérico da população escrava e que o emprego da força de trabalho escravo esteve presente em toda Província.

Demonstramos acima que Sergipe em meados do século XIX apresentava um número expressivo de escravos, e utilizava-se de sua mão de obra, porém para apresentar essa quantidade de cativos a sua economia era baseada em qual rol de atividades econômicas?

Segundo Passos Subrinho, a economia sergipana em meados do século XIX, estruturou-se sob forma de um complexo econômico mercantil escravista no apogeu da cana-de-açúcar. O início da produção sergipana de açúcar se dá no século XVIII, período que a Bahia era o maior centro produtor da colônia e a expansão da cultura da cana em direção ao norte levou a cana-de-açúcar a ocupar os vales dos rios sergipanos. Ou, como diz o escritor usineiro sergipano, Orlando Dantas:

“Impulsionado pelos lucros, pela prosperidade geral, o engenho invadiu todos os vales dos rios sergipenses, partindo a princípio do Real, ao Sul da capitania, atingindo depois o Piauí, o Vasa Barris, o Poxim, o Contiguiba, o Sergipe, O Ganhamoroba, o Siriri e o Japarutuba. Vales férteis, ricos massapês, abundantes aguadas, eram requisitos exigidos pelos colonizadores para a fundação dos engenhos, empurrando assim, os currais para as cabeceiras daqueles rios, para o sertão enfim”.¹⁹

¹⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, FUNCAJU, 2000, p 76.

¹⁹ DANTAS, Orlando. *O problema do açúcar em Sergipe*. Aracaju, 1944, p.18, *Apud* PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe*, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987, p.19.

Como vemos na citação, Sergipe possuía grande número de bacias hidrográficas o que facilitava a rede de transportes fluviais indispensável para o comércio agroexportador. Os engenhos também se multiplicam, Mott cita que em 1802 a província possuía 146 engenhos, em 1852 contava 680 e mais de 800 na década da Abolição.²⁰ Segundo Passos Subrinho, “o comercio de Sergipe abastecia-se exclusivamente na Bahia, de onde importava fazendas de algodão, linho, tecidos de seda, de lona, ferragens, pólvora e escravos. Exportava, em contrapartida, açúcar, algodão, fumo, cereais, couro secos, sola branca, gado, cavalos e porcos, no valor anual de 860.000,00 cruzados, sendo 171.000,00 cruzados referentes à exportação de açúcar”.²¹

Em 1854, as Câmaras Municipais de Sergipe enviaram ao presidente da província algumas informações acerca da economia dos respectivos municípios. Através do Quadro 2 vamos identificar algumas especializações das respectivas regiões.

Municípios	Engenhos	Alambiques	Fazen. Gado	Sítios
Santa Luzia	36	12	2	20
Estancia	51	36	36	80
Espirit. Santo	24	12	0	200
Campos	1	0	50(*)	1
Itabaianinha	45	17	25	50
Lagarto	18	5	143	-
Simão Dias	2	0	44	Inúmeros
São Cristóvão	45	11	12	205
Socorro	20	1	3	56
Div. Pastora	61	3	0	40(*)
Laranjeiras	66	16	0	Vários
Rosário	50	10	0	100(*)
Capela	129	11	34	Inúmeros
Maroim	17	4	0	40
Santo Amaro	10	1	8	46

²⁰ MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - População, Economia e Sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, p 145-146.

²¹ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe*, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987, p.20.

Itabaiana	36	7	103	-
Vila Nova	36	9	54	4
Propriá	20	4	50	-
TOTAL	665	129	566(*)	-

Quadro 2- Província De Sergipe-1854- Estabelecimentos Rurais

Fonte: Arquivo do Estado de Sergipe-APES-Câmaras Municipais- pacote 45- ofícios diversos das Câmaras Municipais ao Presidente da Província, 1854, Apud-Almeida, Maria da G. S. Estrutura de produção: a crise de alimentos na província de Sergipe, in revista do Instituto Histórico de Sergipe, nº 27. Citado por Passos Subrinho, *História Econômica de Sergipe* (1050-1930), Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987, p.20-21.

Observando o Quadro 2, podemos perceber que o cultivo da cana-de açúcar estava espalhado por toda província. Porém, uma área se destaca como centro produtor, a Bacia do Cotinguiba formada pelos municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora, Rosário, Santo Amaro, Maruim, Socorro e Itabaiana. Essa região possuía 389 engenhos, os mais produtivos, devidos às condições naturais, solo da massapê, o mais propício à cultura canavieira, porém produzia também a mandioca, feijão e milho.²² Segundo Maria da Glória Santana de Almeida, citada por Ariosvaldo Figueiredo, essa região no período 1840/1850 era “a porta de todos os interesses e riquezas da Província” e movimentava cerca de 90% do açúcar então produzido.²³ A Mata do sul, compreendida pelos municípios de São Cristóvão, Estância, Santa Luzia, Espírito Santo e Itabaianinha, dedicava-se à agricultura de subsistência e pecuária. Região com predomínio dos “sítios”, pequenas propriedades dedicadas ao cultivo do feijão, milho, arroz e mandioca e também de cana-de-açúcar fornecidas a engenhos vizinhos. O Agreste Sertão de S. Francisco, formada pelos municípios de Propriá, Vila Nova e Porto da Folha, tinha o predomínio da agricultura de subsistência e pecuária. O Agreste-Sertão Itabaiana dedicava-se a uma agricultura de subsistência, pecuária, bem como pelo cultivo do algodão. Já o Agreste-Sertão Sul, com os municípios de Lagarto, Campos e Simão Dias destacavam-se as grandes fazendas de gado. Nessas localidades as condições climáticas e a baixa fertilidade do solo não possibilitavam o cultivo da cana-de-açúcar e sim o predomínio da agricultura de subsistência, pecuária e produção de algodão.²⁴

A economia de Sergipe durante todo o século XIX foi sustentada pela agricultura e, mais especificamente, pelos engenhos de açúcar, nos vales férteis, da bacia do Cotinguiba. No

²² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe*, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987, p.21.

²³ FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p.22.

²⁴ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, FUNCAJU, 2000, p. 76-80.

entanto, o território sergipano não só produzia a cana-de-açúcar, pois aos poucos outros produtos foram introduzidos no rol das exportações, tais como o algodão, couro, farinha de mandioca, sal, carnes e cereais.²⁵ A produção açucareira com a vinculação do mercado sergipano aos centros internacionais, modificará internamente as estruturas anteriores. A maior exportação redundará na formação e crescimento de centros urbanos e no acréscimo dos serviços, que vão estabelecer um movimentado comércio a partir da instalação de estruturas portuárias e trapiches.²⁶

Adentraremos agora no campo da evolução de algumas cidades e vilas que se desenvolveram em resposta ao próprio desempenho econômico da região e às suas possibilidades produtivas, notadamente as que surgiram em fins do século XVIII e por todo o século XIX.

Segundo Almeida, “cedo, Lagarto e Itabaiana tornaram-se centros de passagem dos caminhos interiores ligando Pernambuco à Bahia. Por elas, no início do século XIX passavam as trilhas seculares que atravessavam o interior sergipano, trilhas de tropeiros e boiadas, de viajantes, comerciantes e mercadorias”.²⁷ O gado criado no agreste e no sertão pôs em movimento esse interior e atraiu a especulação de comerciantes capazes de gerar o desenvolvimento precoce dos seus centros urbanos e algumas de suas aldeias como Campos e Simão Dias no termo de Lagarto, mais afastados da zona litorânea.²⁸

Laranjeiras em 1817 já era apontada como um lugar crescido graças às salinas e ao bom comércio. Sendo que em 1832 é elevada a vila e exerce por algum tempo a função de Porto principal no estuário do Cotinguiba. Porém é só na segunda metade do século que se daria seu pleno florescimento, quer no plano econômico, quer cultural. Além disso, aí é que vai se estabelecer o primeiro engenho central da Província.²⁹

Maruim possuía uma posição geográfica privilegiada, localizada às margens do Ganhamoroba e comunicante com os caminhos de Siriri, Rosário, Japaratuba, Capela, N.S. das Dores, até Propriá. Nela estabeleceram-se importantes casas comerciais, pois muitos estrangeiros residiam na localidade em 1855, todos voltados para a atividade do comércio.³⁰ Segundo Amaral, uma das maiores casas comerciais foi Schramm&Co, fundada por Ernest

²⁵ BUENO, apud AMARAL, *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe*, 2007, p. 35.

²⁶ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.194

²⁷ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.216.

²⁸ Ibid. 1984, p.216.

²⁹ Ibid. 1984, p. 221-222.

³⁰ Ibid.1984, p.222.

Schramm, com sede em Hamburgo e filial na Bahia, envolvida com os negócios de importação e exportação. Essas casas seriam de fundamental importância para a economia da região, pois, além de trazer mercadorias de fora e exportar o açúcar e outras produções menores, funcionavam como bancos, emprestando capital de giro e financiando a compra de equipamentos.³¹

Aracaju se tornara capital de Sergipe em 1855, nasceu para ser um centro administrativo integrado e desempenhar um papel comercial e marítimo. Seu porto se tornara a mais importante via de escoamento dos produtos sergipanos importado/exportados pela barra do Cotinguiba. A sua superioridade comercial sobre o movimento das outras é da ordem de 63,2% a 74%, exceção feita ao exercício de 1864/65 quando caiu para 59,6%.³² Além disso, “servia a toda a Cotinguiba e seu raio de influência muitas vezes ultrapassava seus limites regionais, pela própria condição de melhor via de escoamento da província. Em 1866/1867, entre seus dezenove artigos de exportação, incluíam-se o açúcar, algodão em rama e em lã, aguardente, couros salgados e cocos”.³³

É notável “que os centros urbanos puderam progredir por força do avanço das suas pequenas atividades artesanais. Lojas de vendas de artigos de uso diário, fábricas de charutos, de artigos de ferro e flandres, de tecido grosseiro e de palha, de vestuário, de matérias de construção, de alimentos permitiram dar nova feição ao mundo primitivamente agrário da Província”.³⁴ As famílias tradicionais, normalmente vivendo nos engenhos e propriedades, começaram a ser atraídas por esses centros urbanos em crescimento. Se aí não permaneciam por todo o ano, procuraram, contudo, ter suas residências domingueiras para assistir à missa ou trocar visitas com membros locais mais importantes. Além do mais, esse crescimento permitiu uma diversificação de atividades profissionais capaz de atrair gente de fora para os vários serviços urbanos. Até mesmo a vinda de escravos para a capital em busca de alternativas de trabalho, testemunhada na formação de “becos” periféricos.³⁵ Podemos comprovar que os maiores índices de participação de escravos em relação à população livre ocorreu em início dos oitocentos, “mais de 1/3 dos seus habitantes eram cativos” e também que com a diversificação dos serviços e a crise da lavoura canavieira ameaçava a relativa superioridade do emprego de escravos no campo. Em 1872, dos 22.623 escravos da província,

³¹ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*—Salvador, 2007, p.35.

³² ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.40-41.

³³ Ibid.1984, p.105.

³⁴ Ibid.1984, p.222.

³⁵ Ibid. 1984,pp.223-226.

11,909 eram trabalhadores agrícolas, 3.291 domésticos e jornaleiros (prestavam serviços diários) e 7.423 se ocupavam de outras atividades (o serviço marítimo, por exemplo, atraía muitos deles).³⁶ Segundo Chalhoub, os escravos tinham certa preferência em trabalhar no meio urbano, tanto que o escravo Ciríaco para permanecer na cidade usa a justificativa que havia aprendido o ofício de pedreiro e “que os ares do campo lhe arruinavam a saúde”.³⁷

Com isso, podemos passar, então, para os subsídios da inserção dos trabalhadores escravos no mercado urbano de Sergipe, tais como sua ocupação, faixa etária e mundo do trabalho.

Quanto ao quesito ocupação dos trabalhadores escravos, temos duas fontes de crucial importância: o censo de 1872 e as matrículas de escravos de 1873. Segundo o censo de 1872 empregavam-se no município de Sergipe com serviços domésticos 2.573 escravos, agricultores 12.559, criados e jornaleiros 843, marítimos e pescadores 44, artesões de profissão declarada 1.873, profissionais liberais proprietários e outros 3, industriais e comerciantes 0, existindo ainda 4.685 cativos sem profissão declarada. Já os dados das matrículas correspondem a 28.065 escravos agricultores, 2.976 artistas, 1.146 jornaleiros, 214 serviços domésticos e 573 sem profissão.³⁸ Observando as informações, podemos perceber que a um predomínio agrário do número de escravos em Sergipe. Porém, podemos comprovar que havia o emprego de um contingente de escravos no meio urbano. Além disso, justifico o predomínio da agricultura pela existência das roças e sítios espalhados pelas freguesias de Sergipe. O Jornal *Correio Sergipense* destaca o anúncio do Senhor André Ramos Romero sobre a mudança de seus escravos para um sítio no subúrbio de Lagarto: “André Ramos Romero julga conveniente declarar, para ciência de quem compete; que tem mudado a residência de seus escravos Domingos, Manoel, Maurício, Anna, Benta e Josepha para seu sítio Catita, subúrbio desta vila: o que faz publico para eximir-se de qualquer coleta que por ventura lhe possa ser imposta- Lagarto 28 de junho de 1861”.³⁹

Segundo as matrículas de escravos de 1873, residiam no meio urbano 3.514 escravos, ou seja, 10,66% da população escrava de Sergipe, enquanto que os escravos residentes no meio rural eram 29.460, isto é, 89,34% da população escrava. No ano de 1887, a população urbana de cativos era de 1.271 (7,53% do total) e a rural era de 15.604 (92,47 do total). Em destaque alguns núcleos urbanos de Sergipe com o número de sua população escrava urbana:

³⁶ Ibid. p.208.

³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.76.

³⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, FUNCAJU, 2000, p.82-85.

³⁹ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.57, 20/06/1861, p. 04.

Aracaju 329, Laranjeiras 501, Maruim 487, Rosário 79, Capela 415, Estância 613, Propriá 182, Itabaiana 66, Lagarto 105, e Simão Dias com 95.⁴⁰

Segundo Karasch, no Rio de Janeiro “possuir escravos significava lucro e status, todos tentavam investir em pelo menos um escravo, que fornecesse suporte financeiro e mão-de-obra. Os ricos acumulavam tantos ‘homens máquinas’ quanto possível, punham-nos a trabalhar em diversas profissões que podiam ser simples e até mesmo similar um ofício profissional”.⁴¹ Sergipe apresentava as mesmas características, pois, nos anúncios de jornais que pesquisei na Hemeroteca Digital e na Biblioteca Epifânio Doria, amiúdam as diversas ocupações dos escravos urbanos: amas de leite; cozinheiras; carpinteiros; pedreiros; marinheiros; lácaio; engomadeira; sapateiros; padeiros; oleiros; pescador; ferreiro; aguadeiros. Enfim, escravos com destaque para ganho, aluguel e quitandeiras.

Segundo Freyre, citado por Schwarcz os anúncios de jornais são importantes materiais de pesquisas, que podem tecer as características da população escrava.⁴² Os diversos anúncios de fuga, de compra, de venda, e de aluguel de escravos nos oferecem subsídios nesse sentido.

Nos anúncios de escravos pesquisados, os compradores evidenciam o interesse de comprar escravos na faixa etária de 10 a 30 anos: Em 1854, Antônio Joaquim d’ Oliveira compra escravos criolos de idade de 10 a 20 anos e chega mais do que outro qualquer.⁴³ No mesmo ano Franco Freire, com lojas de fazendas nesta cidade e na Estancia, continua a comprar escravos nacionais de 12 a 25 anos de idade.⁴⁴ Um anônimo quer alugar um crioulo de 13 a 16 anos forro ou cativo que servisse para fazer compras e lacaiar.⁴⁵ São comuns anúncios como o seguinte: “Nesta Tipografia se dirá quem vende uma escrava de 18 a 20 anos de idade, pouco mais ou menos, com as seguintes qualidades: cozinha, engomar, e lava muito bem, e da para qualquer trabalho braçal; o vendedor faz todo negócio com dinheiro a vista”.⁴⁶ Outro anônimo “vende um escravo cabra muito bom carreiro, sem defeito algum, de idade de 30 anos; e vende-se por precisão, quem o quiser comprar dirija-se a esta tipografia, que achara com quem tratar”.⁴⁷ Já os anúncios de fuga de escravos urbanos predominam a faixa etária entre 20 e 30 anos. Por exemplo, no dia 26 de 1857, Anacleto José Chavantes propiciou a

⁴⁰ Ibid. PASSOS SUBRINHO, 2000, p.90.

⁴¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.259.

⁴² SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.137.

⁴³ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.62, 18/08/1854, p.04

⁴⁴ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.32, 01/05/1854, p.04

⁴⁵ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.68, 29/09/1856, p.04

⁴⁶ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.80, 16/09/1853, p.04

⁴⁷ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.71, 23/07/1854, p.04

fuga do escravo Felisberto, sendo crioulo, oficial de sapateiro, com idade de 20 anos.⁴⁸ Em 1851, Francisco Sabino Coelho de Sampaio anuncia a fuga de seu escravo de nome Teto que trabalha sofrivelmente de sapateiro de nação Angola com idade de 22 a 24 anos.⁴⁹ Na Estância 1860, João Manoel Barboza de França publica na tipografia do jornal *Correio Sergipense* que fugiu seu escravo de nome José, cujos sinais são os seguintes: idade de 30 a 32 anos, bem preto, alto e bem espinhado do corpo, cabelos garapinhados, pouca barba, nariz regular, olhos e boca pequena [...] é oficial de carpina e torneiro em obras grandes.⁵⁰

Demonstramos acima que através dos anúncios de jornais (compra, venda aluguel e fuga) foi possível verificar a aproximada faixa etária dos escravos urbanos, ao menos dos anúncios utilizados nesta pesquisa. Vamos agora adentrar no mundo dos trabalhadores escravos urbanos com suas diversas especializações.

Um primeiro subsídio do uso de escravos urbanos em Sergipe é a categoria dos domésticos que reuniam diversas ocupações como lavar, engomar e cozinhar. No ano de 1853, Francisco Leite Biltencoult Sampaio anuncia na Tipografia Provincial de Sergipe a venda de uma escrava perfeita cozinheira.⁵¹ Na Estância, Bernadinho de Seno Cardoso precisa comprar para serviço de casa uma escrava moca e sadia.⁵² Na Rua Imperatriz casa nº 5 precisa-se alugar uma preta que saiba fazer serviço de uma casa.⁵³ Segundo Romero, citado por Joceneide Cunha, possuir uma cozinheira era privilégios para poucos. Em Lagarto, vivia André Ramos Romero, possuidor da escrava Tereza que se ocupava em fazer-lhes quitutes.⁵⁴ O jornal *Correio Sergipense* demonstra que o valor aproximado que se pagava por uma escrava doméstica era de 600\$00 a 700\$00rs, como podemos ver no anúncio datado de 1856 em que Ignácio Muniz Barreto anuncia que “na capital, oferecia de 600\$000 à 700\$000 réis á vista, por uma escrava que saiba gomar, lavar e cozinha”.⁵⁵ Outro comprador anônimo na Tipografia de Aracaju anuncia que dava até 700\$000rs, por uma escrava própria para o serviço de casa.⁵⁶ Já em relação ao preço de do aluguel de uma escrava cozinheira, Maria

⁴⁸ *Correio Sergipense*, Aracaju, n. 38, 12/08/1857, p.04.

⁴⁹ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.30, 21/04/1851, p.04.

⁵⁰ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.88, 18/10/1860, p.04.

⁵¹ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.13, 19/01/1853, p.04.

⁵² *Correio Sergipense*, Aracaju, n.14, 23/02/1853, p.04.

⁵³ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.45, 09/06/1852, p.04.

⁵⁴ SANTOS, Joceneide Cunha dos. “*Entre Farinhadas, Procissões e Família. A vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, 1850-1888*”, Dissertação de Mestrado em Historia, UFBA, 2004.p, 58.

⁵⁵ *Jornal do Aracaju*, Aracaju, n.46, 30/08/1856, p.04.

⁵⁶ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.67, 01/10/1853, p.04.

Odila cita que em São Paulo os preços de jornais de uma escrava cozinheira perita variavam de \$250 a \$500 e o de uma costureira era de \$100 a \$300.⁵⁷

Segundo Odila, no vai e vem das ruas predominava o movimento dos carregadores, o ir e vir de escravas com o lixo das casas ou o passar peculiar das mucamas com potes de barros á cabeça, em direção às poucas fontes da cidade.⁵⁸ Em Aracaju, segundo Santos, conseguir água limpa era um problema para os habitantes, e, enquanto não existiu água nas torneiras residências, havia o predomínio dos aguadeiros (escravos).⁵⁹ Santana destaca que a fonte do Barão e também a da Aurora estavam em péssimo estado, cheias de imundícies e arrombadas, não por causa de tempo chuvoso, mas também porque os escravos que conduzem água entenderam que deviam destruí-las e fazer junto delas seus pagodes.⁶⁰ As fontes eram pontos de reunião dos escravos e segundo Karasch, “as cansativas viagens em busca da água davam-lhes muitas oportunidades para interagir com os outros escravos. Nem que fosse para um disputar em um lugar na fila”.⁶¹



Imagem 1: Negras do Rio de Janeiro, Rugendas (1835).

Fonte: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

As escravas também eram alugadas como amas-de-leite, função bastante comum no Império, a ponto de um articulista do *Ostensor Brasileiro*, jornal quinzenal publicado na corte, escrever, em 1845: “não se encontra em todo Império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, que aleitem seus filhinhos [...] não se encontrarão dez na classe média [...] não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa”.⁶² Em Aracaju, em 1852, um anônimo

⁵⁷ DIAS, 1984.p, 95

⁵⁸ DIAS, 1984.p, 102.

⁵⁹ SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo 2008. p, 20.

⁶⁰ SANTANA, José Lima. *História do Saneamento Básico em Sergipe*. Aracaju: DESO, 1999, p.72.

⁶¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.103.

⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.63.

anunciava no jornal *Correio Sergipense*: “precisa-se uma ama-de-leite, preferindo-se aquela que não tiver filho; quem estiver nessas circunstâncias dirija-se a casa próxima a do capitão Godinho na Rua das Flores que achara com quem tratar”.⁶³ Já em 1857, a tipografia do mesmo jornal anuncia “precisa-se de uma ama-de-leite, quem quer, afiança-se bom tratamento, boa recompensa, e tudo mais quanto for pertencente à generosidade”.⁶⁴ Assim o aluguel de ama-de-leite representava uma atividade econômica importante nas cidades.⁶⁵

Observando os anúncios de jornais referentes a escravos, foi possível perceber que não só trabalhavam em atividades ligadas ao lar, mas também dedicavam-se a serviços nas ruas. No ganho ou alugados trabalhavam como: pintor, pedreiro, carregador de cadeirinha, carreiro, marinho, poupeiro de canoa, e sapateiro. O jornal *Correio Sergipense*, em 1855, sob a ordem do governo Provincial envia ao inspetor da tesouraria da fazenda para que “Haja V. S. de pagar ao Doutor Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro a quantia 72\$560rs que se lhe deve dos jornais do seu escravo pintor que trabalhou no palácio do governo da cidade de São Cristóvão”.⁶⁶ Em Aracaju, no ano de 1859, o senhor José Valente de Queiroz, arrematante da obra da Alfandega da capital, anuncia “precisa contratar serventes reforçados, forros ou cativos aos quais pagara o jornal diário de 880rs”.⁶⁷ Em 1853 na Estância, o senhor Bernadinho de Seno Cardoso anunciou que “precisa comprar dois escravos africanos que sirvam para carregar cadeira”.⁶⁸ Só os mais ricos podiam se dar o luxo de ter liteiras e os escravos carregadores de cadeirinhas eram distinguidos pelas suas elegantes libré.⁶⁹

Percebi que enquanto uns procuram mão-de-obra especializada havia outros que queriam forma-la. Um exemplo é o anuncio da tipografia do *jornal do Aracaju* em que procuravam quem precisava de um rapaz de 10 a 15 anos para servir de criado e aprender ofício, “tendo roupa e meza”.⁷⁰

As outras atividades realizadas por escravos foram identificadas através da observação dos anúncios de fuga de escravos urbanos. Em 1850, Antônio Manuel declara a fuga de seu escravo de nome Tomé que exercia a atividade de carreiro.⁷¹ Em 1851, na tipografia do *Correio Sergipense*, é anunciada a fuga do escravo João, da Villa do Maruim, de nação

⁶³ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.40, 22/03/1852, p.04.

⁶⁴ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.51, 21/11/1857, p.04.

⁶⁵ Ibid. ALENCASTRO, 1997, p.63.

⁶⁶ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.24, 30/05/1855, p.01.

⁶⁷ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.15, 16/05/1859, p.04.

⁶⁸ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.14, 23/02/1853, p.04.

⁶⁹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.265.

⁷⁰ *Jornal do Aracaju*, Aracaju, n.8, 11/01/1862, p.04.

⁷¹ *Correio Sergipense*, Aracaju, n. 36, 15/05/1850, p.04.

cabinda que tinha o ofício de marinheiro.⁷² Segundo Almeida, nas embarcações marítimas os passageiros ocupavam uma pequena cabine, onde ricos e pobres, barões e escravos dividam o mesmo espaço. Escravos que acompanhavam os seus senhores para servi-los a bordo ou vendidos eram enviados para outra província.⁷³ Tomamos como exemplo o anúncio de Inácio de Souza Valadão que em 1859 vende um escravo “bom cozinheiro, excelente para viagens marítimas quer terrestre, por ser bastante diligente, ligeiro e fiel”.⁷⁴ Em Aracaju, no ano de 1877, Luiz de Franca noticiou a fuga de seu escravo Anastácio, declarando que não tem escravo no ganho e sim alugados em canoas, às vezes ou somente no serviço.⁷⁵ Na Laranjeira, José Pinto da Cruz denuncia a fuga de seu escravo Felipe de cor cabra exercendo o ofício de sapateiro.⁷⁶ Já em 1871, Sobrinho, cita que na Rua Jabotiana residiam 22 escravos, artistas e ganhadores.⁷⁷

Por fim cito as quitandeiras que segundo Santos, “em Aracaju, nunca estiveram ausentes. Indo e vindo, descendo e contornado ruas, paravam às portas apregoando uma variedades de mercadorias carregadas em cestas e tabuleiros: verduras e hortaliças, frutas e doces, ervas e flores, utensílios de cozinha etc”.⁷⁸ O jornal “*A liberdade*” citado por Santos, diz que não passam de um aluvião de negras atrevidas que avançam e insultam a todos em sua meia língua.⁷⁹ Sabiam que as feiras eram as segundas e se organizavam em forma de cooperativa, onde usavam da astúcia para o comércio. O mesmo jornal reportado destaca que quando chegava qualquer sujeito que traz no mercado farinha, milho, feijão ou qualquer outro gênero, uma dessas quitandeiras com atrevimento engazopa-o com um pouco de caruru ou uma xícara de arroz doce e ninguém mais lhe pode chegar o preço, porque ela já disse: “ê o sinhô não vende a outro. Eu compra todo”.⁸⁰

Através dos anúncios de jornais pesquisados, podemos atestar a presença da escravidão urbana em diferentes situações do cotidiano na província de Sergipe. Identificamos ainda as atividades especializadas ou semi-especializadas realizadas pelos escravos e que estavam subdivididos em três categorias: domésticos, ganho e alugados. A diferença na base desta divisão está na renda auferida pela exploração da mão-de-obra escrava. A categoria dos

⁷² *Correio Sergipense*, Aracaju, n. 59, 20/08/1851, p.04.

⁷³ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.72.

⁷⁴ *Correio Sergipense* Aracaju, n.22, 09/04/1859, p. 04.

⁷⁵ *Diário de Sergipe*, Aracaju, n.78, 12/04/1877, p.03.

⁷⁶ *Correio Sergipense*, Aracaju, n. 22, 09/04/1853, p.04.

⁷⁷ SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1946, p.276.

⁷⁸ SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008, p.71.

⁷⁹ *Ibid.*2008. p, 73.

⁸⁰ *Ibid.*2008. pp, 75-76.

domésticos, segundo Karasch, não desfrutava de autonomia, seus limites eram as casas e quintais de seus proprietários, pois não eram de bom tom que escravos de senhores e senhoras distintos fossem vistos na rua, exceto para ir à missa com sua senhora.⁸¹ Além do mais dormiam em porões escuros e úmidos ou em cubículos minúsculos dos amos.⁸² A diferença entre o ganho e o aluguel está no fato de que no ganho o escravo podia se apropriar de uma parte da renda, não acontecendo o mesmo no aluguel.⁸³ Segundo Wade, citado por Ynaê Lopes no sistema de ganho, muitos escravos passam a morar fora da residência senhorial, habitando casas ou cômodos alugados de terceiros.⁸⁴ As vantagens extraídas desse costume se tornaram atraentes para seus proprietários que, além de se verem livres de manter seus escravos, vislumbram desfrutar do pecúlio adquiridos pelos mesmos.⁸⁵ Segundo Maria Odila, havia uma disposição implícita de respeito para com o ganho extra do escravo, que tanto servia para a sua subsistência, como poderia eventualmente constituir o pecúlio, com que sonhavam comprar a sua alforria.⁸⁶

Finalizando temos o exemplo da autonomia de um escravo de ganho, em Aracaju citado por Joceneide Cunha, em que o cativo sapateiro José, mestiço, doente de asma, morava nos fundos da casa do seu proprietário, Manoel de Carvalho. A casa do escravo no inventário, aberto em 1860, chegou a ser avaliada por 150\$000rs. No caso de José, além de morar numa casa valorada, ele também residia afastado do seu senhor. Morar numa casa diferente da residência do proprietário foi algo possível para alguns escravos. O motivo que contribuiu para José residir numa casa sem seus senhores foi a sua profissão de sapateiro. Além disso, viver na vila possibilitaria maiores ganhos.⁸⁷

Em fim, através da observação do caso do escravo sapateiro José e dos anúncios de jornais nesse capítulo foi possível perceber que a escravidão urbana estava presente no âmbito da província de Sergipe. Os escravos versavam diversos ofícios como: cozinheiras, lavadeiras, engomadeira, amas de leite, carpinteiros, pedreiros, marinheiros, lácaios, sapateiros, aguadeiros e quitandeiras. Podemos notar que viviam inseridos no comércio, nas fimbrias das esferas pública e particular, porém como se fossem “ecos” onipresentes, realizando papéis

⁸¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.105.

⁸² Ibid. 2000, p.186.

⁸³ COSTA, de Lurdes Ribeiro da. *Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX*,1991,p.18.Ver: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>

⁸⁴ SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala: Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tese de Doutorado em História Social defendida USP, 2012, p.23.

⁸⁵ Ibid. 2012, p.23.

⁸⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.p. 95.

⁸⁷ SANTOS, Joceneide Cunha dos. “*Entre Farinhadas, Procissões e Família. A vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, 1850-1888*”, Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2004.p, 104.

informais que segundo Odila, “por sua própria natureza, não são oficialmente reconhecidos, nem socialmente muito valorizados, embora sejam importantes no processo da vida quotidiana”.⁸⁸ Notei que esse sistema gerava lucros, pois os donos dos escravos os alugavam e os vendiam caros, um exemplo já citado foi de Inácio Muniz Barreto, que comprava uma escrava cozinheira por 600\$00 a 700\$00rs. Motivo crucial para acirrar os interesses das autoridades do fisco no controle local.⁸⁹ No entanto vamos deixar para decorrer sobre o universo do fisco (poder local) no segundo capítulo.

Trabalhadores Escravos e Poder Local

A Província de Sergipe terá seu pleno desenvolvimento no decorrer do século XIX; é nesse período que ocorre o auge da economia açucareira na região com alta no preço do açúcar.⁹⁰ O desencadear do processo de expansão da grande lavoura da cana-de-açúcar trará transformações tais como: Sergipe passa a exercer a função primordial de exportar tendo contatos obrigatórios com o exterior, geração de recursos, captação de dinheiro, distribuição das culturas agrícolas, aparecimento de certas atividades secundárias e atração de novos contingentes populacionais livres ou escravos.⁹¹ Tal quadro se manifesta na formação e crescimento de importantes núcleos urbanos, tomamos como exemplo Laranjeiras e Maruim, que tornaram-se importantes cidades com a residência dos políticos, comerciantes estrangeiros e intelectuais sergipanos.⁹²

Com o desenvolvimento dos núcleos urbanos houve o acréscimo dos serviços permitindo uma diversificação de atividades profissionais⁹³, que, segundo Maria Nely Santos citada por Carmo, em sua maioria vão ser realizadas por escravos, pois, na província de Sergipe há uma falta da não utilização da mão-de-obra de trabalhadores livres, pois “os mesmos não se sujeitam a trabalharem alugados, e os proprietários mantêm a afeitos a rotina antiga, querendo dar a eles o mesmo tratamento que dão a escravos, sendo sempre ‘humilhado’”.⁹⁴ Percebe-se então que o problema da mão-de-obra sergipana não é a falta de

⁸⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 31.

⁸⁹ Ibid. 1984, p. 89.

⁹⁰ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*— Salvador, 2007, p. 35.

⁹¹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 194.

⁹² Ibid. 2007, p. 35.

⁹³ Ibid. 1984, p. 211.

⁹⁴ CARMO, Sura Souza. *Doce província? O cotidiano escravo na historiografia sobre Sergipe oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016, p. 94.

braços, mas a não sujeição de pessoas livres a humilhações cotidianas do sistema escravista, empenhados todos em se diferenciar do escravo.

No primeiro capítulo, com a utilização dos anúncios de escravos da imprensa periódica, pudemos comprovar e identificara presença da mão-de-obra escrava nos núcleos urbanos Sergipanos, em que os mesmos desempenhavam funções de carregador de cadeira, marinho, sapateiro, ama-de-leite.

Em um inventário *post-mortem* do Alferes Francisco da Rocha Lima, citado por Santos,⁹⁵ existia anexado um caderninho onde, arrolados a sua lista de devedores, constavam os nomes de mais de vinte e cinco escravos homens e mulheres que compravam fiado em seu armazém. Dentre os escravos devedores, figuravam que quinze eram do eito e em especial dezesseis eram urbanos. O interessante é que o nome do senhor constava ao lado do nome do cativo, o que para o comerciante servia como uma espécie de garantia, pois o senhor era responsável por sanar os débitos, e também era uma forma de identificar, com mais precisão, os devedores. As quantias devidas oscilavam entre \$500 e 21\$660rs. Novamente, encontramos subsídios que revelam a inserção de escravos no cotidiano urbano de Sergipe. Podemos imaginar que tal situação não é vista com bons olhos pela classe dominante, haja vista o pânico desenvolvido em consequência de insurreições⁹⁶, a exemplo da Revolta dos malês, ocorrida na Bahia 1835, deram origem à desconfiança e ao medo da população⁹⁷, que se difundiu pelas demais províncias do Império do Brasil.⁹⁸ Nesse âmbito, se torna necessário uma imposição de maior vigilância do estado⁹⁹e, após 1835, surgem artigos na legislação provincial e imperial que punem os escravos¹⁰⁰, enquanto as câmaras municipais os disciplinam.¹⁰¹

Antes de adentrarmos no âmbito do poder local que impunham certa disciplina aos escravos, vamos colocar em ênfase dois pontos que, a partir da minha observação, deram origem para a certas Posturas Municipais aplicadas ao controle dos escravos nos locais públicos urbanos de Sergipe: a onda de denúncias e boatos de levantes de escravos,

⁹⁵ SANTOS, Joceneide Cunha dos. “*Entre Farinhadas, Procissões e Família. A vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, 1850-1888*”, Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2004.p, 58.

⁹⁶ GONÇALVES, Hortência de Abreu. *As cartas de alforria e a religiosidade – Sergipe 1780- 1850*. São Cristóvão, 1998, p.108.

⁹⁷ FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p.83.

⁹⁸ REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835*. Ufb, 2008, p.4. educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/.../a-revolta-dos-males.pdf.

⁹⁹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.194.

¹⁰⁰ Ibid.1998, p.108

¹⁰¹ Ibid.1977, p.83.

destacando o Rio de Janeiro e Sergipe, e após trarei à tona alguns exemplos de impostos arrematados pelo governo da receita provincial sergipana, referentes à sistemática tributária do mercado escravista, que aumentavam a renda do aparelho administrativo.¹⁰²

Em relação ao Rio de Janeiro, Reis cita que ao longo dos anos de 1835 e 1836 espalharam-se notícias “aterradoras acerca da insurreição de escravos”.¹⁰³ “Em Dezembro de 1835, segundo o chefe de polícia, ‘em diferentes distritos negros há que tem dito que pelo Natal hão de insurgir e fazer desordem’, e em Itaboraí, distante da capital, se teria verificado ‘um ajuntamento de cinquenta ou mais negros para cometerem o crime de insurreição’”.¹⁰⁴ Outro aviso do Ministro da Justiça alegava que cartas particulares vindas de Maricá e novamente de Itaboraí garantiam “que alguns pretos asseveram haver acordo entre eles, e os da cidade, e que um tal Andrade pardo forro, que tem casa de quitanda na rua do Rosário, é um dos agentes do plano que há de pôr em execução”, já existindo “alistados mais de três mil pretos”.¹⁰⁵ O município de Campos/RJ solicitou com urgência ao Ministro da Guerra munição extra de dois mil cartuchos embalados para o corpo policial local. O suposto motivo seria que os malês da Bahia teriam um plano espantoso de rebelião juntamente com os escravos do município Fluminense, pois o juiz teria alguns escravos que andavam com certo tope que seria a senha do levante.¹⁰⁶ Ao final, Reis cita que o presidente da província avisou ao ministro da justiça que essas faíscas de insurreições não passavam de “tintas com cor de medo”.¹⁰⁷

No caso da Província de Sergipe, segundo Mott, o mais antigo relato de uma revolta negra refere-se ao ano de 1809. O autor desse depoimento começa seus escritos com o título “desordem de pretos”. O conteúdo do texto era

Em sessão de 25 de fevereiro de 1809, a câmara da capital (S. Cristóvão) recebeu uma denúncia de que uma corporação de pretos vagava pelas partes da cotinguiba, a onde furtavam, roubavam e insultavam os povos. Oficiou-se então em nome do governador aos capitães-Mores de ordenanças, para darem as providencias para coibirem os pretos revoltosos a fim de que aumentassem a dita corporação temendo que ficasse inconquistável como outra republica do Palmar.¹⁰⁸

Dois meses depois por parte dos republicanos e milicianos foi enviado ante o Senado o professor de latinidade, Ignácio Antônio Dormundo, o qual representou que era publica a voz e fama de uma sedição que pretendiam fazer os escravos desta comarca e outros que da Bahia

¹⁰² Ibid.1998, p.32.

¹⁰³ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro* (c.1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.84.

¹⁰⁴ Ibid.2010, p.83.

¹⁰⁵ Ibid.2010, p.84.

¹⁰⁶ Ibid.2010, p.84-85.

¹⁰⁷ Ibid.2010, p.86.

¹⁰⁸ MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, p.191.

vieram fugidos que lá foram cúmplices em tal delito.¹⁰⁹ Outro indicio de sublevação de escravos ocorreu na povoação de Rosário; nesse caso, o acusado de inflamar os escravos a se rebelarem foi o liberto Sebastião Soares, alferes do batalhão dos Henriques. Segundo Mott, no depoimento jurado aos Santos Evangelhos do Alferes José Sútero de Sá Junior consta que o comandante

Tem convocado pelos engenhos e fazendas, a pretos cativos para, pelo natal do corrente ano, se levantarem contra seus senhores e contra tudo o que fosse branco e os matarem e aclamarem a república, convocando também aos pretos cativos e forros pela Japarutuba e induzindo de público a seus soldados, que se eles os ajudassem no que pretendia, eles seriam felizes.¹¹⁰

Já o depoimento do Capitão-Mor José Trindade Pimentel consta que “os rebeldes já haviam escolhido quais os proprietários que seriam primeiramente sacrificados e que a riqueza dos brancos desta terra era para eles”.¹¹¹ Adentraremos agora no âmbito do lucro da receita provincial na cobrança de impostos que taxava toda e qualquer transação do mercado escravista. O escravo, a grande mercadoria, era objeto de negócios e transações florescentes, logo, o poder público era o primeiro a usá-lo para, das mais diferentes formas, aumentar a sua renda ou receita.¹¹² Já consta, no *Correio Sergipense*, em 1857, o anúncio de Antônio Fernandes da Silveira Carvalho de que

Pela tesouraria da fazenda da província se faz público para que chegue ao conhecimento das pessoas interessadas, que em virtude dos \$2 art. 11º do cap.3º da lei nº 884 de 1º de outubro de 1856, que eleva a taxa dos escravos ao dobro do que atualmente se cobra, esse imposto seria arrecadado 1º de julho do corrente ano em diante na razão de 4\$00rs por cada escravos.¹¹³

Outro exemplo é o anúncio de 1858 em que a Alfândega do Aracaju publica

se faz saber, que tendo de se proceder a nova matricula e lançamento dos escravos sujeitos a taxa anual de quatro mil réis, na conformidade do decreto sob o número 2160 do 1º. De maio do ano vigente, as pessoas residentes dentro dos limites desta capital abaixo mencionados, que os tiverem de propriedade, ou de pessoas de fora, estando empregado no seu serviço por aluguel, empréstimo, uso fruto, ou algum outro título, estejam ou não atualmente matriculados, deverão no prazo de trinta dias, a contar da data do presente edital, dentro do qual deverá ser feita e concluída esta nova matricula (...) os que deixarem de matricular incorrerão na multa de 10\$ a 30\$ reis, e terminando o dito prazo nenhum escravo será escrito sem apresentação de títulos.¹¹⁴

Nesse próximo exemplo, de 1859, a receita da província coloca o anúncio das rendas do interior que constam “\$14.imposto de 50.\$000 por cada um escravo que embarca para o serviço de marinheiro. \$15. Dito de 2\$000 por cada escravo empregado no serviço de barcas e canoas expostas a aluguel”.¹¹⁵

¹⁰⁹ Ibid.1986, p.192.

¹¹⁰ Ibid.1986, p.193.

¹¹¹ Ibid.1986, p.193.

¹¹² FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p.32.

¹¹³ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.12, 23/02/1857, p.04.

¹¹⁴ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.55, 13/11/1858. p.04.

¹¹⁵ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.19, 30/07/1859. p.01.

Demonstramos acima que a presença de escravos seja de ganho ou de aluguel nas vilas da província de Sergipe deixava a população aterrorizada, em especial após o levante dos Malês, que ocorrera na Bahia em 1835. Em consequência, apartir dessa data vários anúncios de levantes de escravos surgiam nos periódicos, porém não passavam de falsas denúncias. E, por fim vimos, exemplos da cobrança de impostos da receita do governo da província de Sergipe, que taxava qualquer transação que envolvesse o escravo. Observando tais informações, é possível perceber que elas foram favoráveis na eclosão da necessidade de maior controle e vigilância sob a população escrava nos núcleos urbanos. Nota-se também que o escravo era temido, e ao mesmo tempo era uma fonte de lucro em forma de tributos, o que gerava difíceis relações entre senhores e escravos.¹¹⁶

Entraremos agora no universo do poder local (as câmaras municipais) que através de posturas tentavam controlar e disciplinar os escravos. Segundo Maria Odila Dias, no sistema de ganho, conforme contrato verbal com os senhores, os cativos trabalhavam fora, sem o controle ou supervisão direta que implicava para o escravo a liberdade de circulação pela cidade.¹¹⁷ Nesse ambiente, para a sua sobrevivência o cativo dependia de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva-e-traz, contratos verbais contra os quais havia medidas de repressão envolvendo toque de recolher, licenças e passaportes.¹¹⁸ No âmbito sergipano, as regras não eram diferentes, pois era uma província onde apenas ¼ da população era branca e os ¾ restantes compunham-se de negros e pardos.¹¹⁹ Era necessário tomar medidas para afastar o perigo representado pela massa de negros existente na Província.

Vamos agora tomar conhecimento de uma série de posturas (1850-1870) que tentavam impedir a circulação da escravaria no âmbito público dos núcleos urbanos de Sergipe. Segundo Maria Odila, em São Paulo o abastecimento e a circulação de gêneros alimentícios entre os mais pobres era quase todo de contrabando, e não se declarava de onde nem como vieram. O comercio clandestino proliferava-se nas margens das operações de vulto de pequenas proprietárias de escravos. Elas estocavam gêneros mais baratos para revende-los a miúdo em forma de quitandas caseiras, o que mal permitia a sobrevivência. Porém, devido aos preços exorbitantes de gêneros de primeira necessidade e às sobrecargas de impostos, esse pequeno comércio de contrabando cumpria função importante de redistribuir os gêneros alimentícios a preços, mas baratos do que os permitidos nos armazéns e vendas estabelecidas.

¹¹⁶ FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p.83.

¹¹⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.48 e p. 90.

¹¹⁸ Ibid.1984.p, 48.

¹¹⁹ MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986, p.200.

Tal situação faz com que pequenos taverneiros e comerciantes aderissem às autoridades com posturas e providências procurando limitar a livre circulação de quitadeiras e vendedoras clandestinas escravas e forras.¹²⁰

Em Sergipe a situação não era diferente, pois na tentativa de impedir que os escravos negociassem produtos, a câmara de Porto da Folha apresenta a proposta pela Resolução nº 323 de 14/03/1851 Art. 13 “He proibido nesta vila e seus subúrbios comprar madeiras de qualquer natureza, enchimento e caibros a escravos sem ordem por escrito de seus senhores, sob pena aos compradores de multa de cinco mil réis, e oito dias de prisão por cada infração”.¹²¹ Já a câmara de Santa Luzia, na Resolução nº 331 de 28/05/1851 Art. 16, consta “toda pessoa que negociar com escravos gêneros que visivelmente se conheça não serem de sua produção, como açúcar, aguardente (...) sem bilhete ou expresse consentimento do senhor, será multada em quatro mil-réis, ou cinco dias de prisão, e o duplo nas reincidências”.¹²² Proibia-se também, na Resolução nº 346 de 07/05/1852 Art.15, que escravos vendessem bebidas espirituosas.¹²³ Possivelmente, tais medidas de não negociar com escravos sem bilhete era para coibir os meios disponíveis aos escravos furtos aos seus senhores para conseguirem juntar pecúlio e comprar sua alforria.

Na tentativa de coibir a circulação de escravos com seus produtos, a câmara municipal da cidade de Estância, na Resolução nº 342 de 06/05/1852 Art. 10, estipulava que

fica de agora adiante designados para o transito dos carros, ou carroças, que vierem do recôncavo com caixinhas com açúcar, ou qualquer outro gênero, que tenha de ser exportado, os lugares seguintes:- entrando pela frente da casa de Manoel Antônio de Araújo seguirão pela rua do campo alegre- a sair na margem do Piapitinga, e atravessando a ponte seguirão pela margem abaixo do mesmo rio até o riacho Borumburum no lugar de costume da ir seguirão estrada a cima a encontrar a que existe junto a malhada do finado Pimenta pelo lado de oeste, e por esta seguirão a sair na rua da Rosa, desta a dos Portinhos e a do Gravata, e desta ao da conceição até os trapiches. Os infratores sofrerão a multa de 4rs ou cinco dias de prisão e o duplo na reincidência, pagando os senhores, se por ventura forem escravos os infratores.¹²⁴

Na Resolução nº 288 de 22/04/1850 Art.38, a câmara municipal de Maruim também publica que “e proibido correr, ou andar a cavalos dentro das ruas desta vila, os que infringirem esta postura sofrerão multa de 10\$rs. Ou 8 dias de prisão; e pelos escravos serão seus senhores os responsáveis pela multa ou entrega-los para serem punidos com os mesmos dias de prisão”.¹²⁵

¹²⁰ Ibid.1984, p.49-50.

¹²¹ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.30, 14/05/1851, p.01

¹²² *Correio Sergipense*, Aracaju, n.37, 28/05/1851, p.02

¹²³ LIMA, Wandercléia Santos. *Os escravos na legislação Provincial de Sergipe*. São Cristóvão, 2002, p.66. Monografia (Licenciatura em História).Departamento de História, UFS, 2002.

¹²⁴ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.39, 19/05/1852, p.01.

¹²⁵ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.35, 11/05/1850, p.02

Igualmente para conter a presença de escravos, as Câmaras Municipais estipulavam o horário de toque de recolher, tanto que, em 1857 a secretaria de polícia publica “que achando-se em vigor o regulamento da presidência para o serviço de pedestre, todo indivíduo desconhecido ou suspeito que andar depois de 10 horas na ruas desta cidade, será preso; e o mesmo acontecera com os escravos, que depois dessa hora forem encontrados, sem bilhete escrito de seus senhores”.¹²⁶ Já a câmara de Maruim, na Resolução nº 610 de 29/04/1861 Art.12, manda que “qualquer escravo que for encontrado nas ruas desta cidade de noite depois do toque de colher será prezo, e sofrera até duas dúzias de palmatorias, ou um dia de prisão; em atenção às idades; e o senhor não querendo que sofra a pena, pagará a multa de 2\$000 réis. Excetuado os escravos que andarem com bilhete”.¹²⁷

Segundo Maria Odila, em São Paulo, para oferecer os seus serviços e fazer suas vendas, o escravo se instalava na cidade em quartos alugados, reunidos em cortiços de “má fama” na Travessa da Conceição, Beco do Inferno. Também na Rua da Boa Vista e na Cruz Preta observam-se aglomerações de negros, em ajuntamentos que chamavam constantemente a atenção das autoridades policiais.¹²⁸ Tentando coibir a formação de cortiços e a aglomeração de um número excessivo de indivíduos na mesma habitação; a câmara municipal de São Paulo publica que “ninguém poderá alugar casa ou quarto a escravos, sem que estes apresentem licença por escrito de seus senhores”.¹²⁹ Em Sergipe, na Lei nº 372 de 29/09/1853 Art.1º, também se proíbe alugar casas para escravos: “É proibido a qualquer escravo de qualquer sexo que seja ter casas alugadas em qualquer rua desta cidade. Os contraventores sofrerão a multa de 10\$000rs pela qual serão responsáveis seus senhores, ou oito dias de prisão, e o duplo nas reincidências”.¹³⁰ E a lei segue em seu Art.2º:

Excetua-se da disposição do artigo antecedente aquele escravo que tenha um ofício qualquer, se tiver de estabelecer contenda nesta cidade sendo preciso, para que esta exceção tenha vigor, que proceda a uma licença da câmara, tirada pelo senhor do mesmo escravo. Os contraventores sofrerão multa de 8\$000rs, pela qual serão responsáveis seus senhores, ou oito dias de prisão, em duplo nas reincidências, cidades de laranjeiras.¹³¹

A Legislação sergipana também se preocupava em evitar agrupamentos de escravos, pois temiam que planejassem possíveis revoltas e fugas. O código de posturas de Maroim, na Resolução nº 288 de 22//04/1850 art.28, ressaltava “nenhum dono de casa de negócio

¹²⁶ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.24, 05/05/1857, p.04

¹²⁷ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.17, 08/06/1861, p.01

¹²⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984,p. 90.

¹²⁹ *Ibid.*1984,p. 100.

¹³⁰ *Ibid.* 2002, p.69.

¹³¹ *Ibid.* 2002, p.69

consentira ajuntamento de escravos em suas casas por mais tempo, do que o necessário para fazerem suas vendas, quer de dia, quer de noite, sob pena de 4\$ réis de multa”.¹³²

Segundo Maria Odila Dias, um dos locais da cidade de São Paulo mais frequentados por escravos era o chafariz da Misericórdia, única fonte de abastecimento de todo o bairro da Sé, um dos mais densamente povoados:

Dia e noite estava ele pois rodeado de gente, na maior parte escravos, cujo vozerio se ouvia já de longe, quando por ali se passava....Quando em tempo de seca, o fornecimento escasseava, havia tamina e muitas vezes luta, em que se quebravam muito pote de barro, que era então a vasilha mais geralmente usada para o transporte de água...¹³³

Ressalta Soares, citada por Joceneide Cunha, que esses locais se transformaram em um espaço de sociabilidade para os escravos, onde mulheres ficavam sabendo das novidades, encontravam as amigas e estabeleciam laços de solidariedade.¹³⁴ Em Sergipe, na tentativa de coibir os escravos de frequentarem os chafarizes e fontes em 1851, a postura municipal de Santa Luzia Art.4 publica que “e proibido lavar roupa na fonte do Gravata, assim como lavar-se qualquer pessoa. Os contraventores pagarão a multa de três mil reis ou cinco dias de prisão, e duplo nas reincidências, sendo escravos pagará seu senhor a multa pecuniária”.¹³⁵ Outra Postura que tinha o mesmo intuito foi a de 1861 da vila de Maroim, que publica em seu art.22:

Ninguém poderá banha-se, ou lavar roupa nas fontes de beber, nem praticar quaisquer atos que as possam prejudicar, pena de 6\$000 reis de multa ou oito dias de prisão. Se for escrava ou escravo que infringir esta postura será logo preso, ou o senhor pagará a multa... Iguais penas sofrerá quem botar nosrios ou fontes tingui, ou qualquer outra erva, ou substancias venenosas para matar peixe.¹³⁶

Outra inquietação dos parlamentares foi em relação ao comportamento dos usuários do espaço público da cidade de Aracaju. Maria Nely Santos cita o caso da escrava Felicidade que, de acordo com um processo datado de 1878, “constantemente embriagava-se tornando-se insuportável com ameaças, gritos e palavras indecentes incomodando o sossego e a moralidade pública”.¹³⁷ Com o propósito de coibir tais injurias, a câmara do Espirito Santo, na Resolução nº 320 de 14/05/1851 art.4, resolveu que “ninguém poderá soltar vozerias, fazer batuques dentro desta vila, e seus povoados em horas de silencio, nem proferir mesmo de dia injurias e obscenidades, nem praticar quaisquer atos ofensivos da moral pública: pena de 4U reis ou quatro dias de prisão para cada infrator e duplo nas reincidências”. No art.5, “sempre

¹³² *Correio Sergipense*, Aracaju, n.35, 11/05/1850, p.02

¹³³ *Ibid.* 1984.p, 86.

¹³⁴ SANTOS, Joceneide Cunha dos. “*Entre Farinhadas, Procissões e Família. A vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, 1850-1888*”, Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2004.p, 55.

¹³⁵ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.37, 28/05/1851, p.01.

¹³⁶ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.17, 08/06/1861, p.01.

¹³⁷ SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju:Triunfo 2008. p.64.

que o infrator da postura for escravo ou pessoa que viva sob a administração ou tutela de outrem, será a multa paga pelo senhor, administrador ou tutor”.¹³⁸

A Legislação de Sergipe inquieta-se também com vandalismo e o Código de Postura de Aracaju, por meio da Resolução nº 968, 20/04/1974 art.42, determina que “danificar os edifícios, muros, calçadas ou pontes públicas incorrerá na multa de 10\$000réis ou 8 dias de prisão, além das penas necessárias aos respectivos reparos, sendo responsáveis pelos escravos seus senhores”. O art.44º determina que os culpados por “estragar a arborização da capital serão punidos com multa de 15\$000réis ou pena de prisão de 8 dias, responsáveis pelos escravos senhores”.¹³⁹ Na mesma resolução foram regulamentados alguns serviços que eram realizados principalmente por escravos e estabeleceu-seem seu art. 50º que

E proibido o despejo de matérias fecais, lixo ou quaisquer imundícies que possa prejudicar a saúde pública no cães da rua da aurora, podendo-se o fazer no rio, porém das, 10 horas da noite em diante, o modo que sem dificuldades possam tais imundícies possam removidas pelas águas. O contraventor pagará a multa de 10\$000 ou sofrerá 5 dias de prisão, sendo responsáveis pelos escravos e criados os senhores e patrões.¹⁴⁰

O Presidente da Província sergipana igualmente preocupava-se com a saúde pública, decretando o Código de Postura de Laranjeiras que obrigava os pais de família a levarem seus filhos, criados e escravos para serem vacinados. Na Resolução nº 274 de 27/04/1850 publica:

Art.1º. “Todos os pais de família são obrigados a levar seus filhos, criados ou escravos a casa da câmara municipal desta cidade, nos dias marcados pelo médico vacinador, para serem vacinados, e dentro de oito dias tornarem com as pessoas que tiverem sido vacinadas, a fim de darem o pus para outros serem vacinados”.

Art.2º. “As pessoas que deixarem de cumprir o artigo antecedente sofrerão a multa de 5\$000rs. Pela primeira vez e serão pelo médico avisadas, para trazerem os indivíduos vacinados, e não o fazendo sofrerão o duplo da multa. ”

Art.3º “O médico vacinador dará parte a câmara quantos foram vacinados, e quantos sofrerão a multa para serem executados”.¹⁴¹

Segundo Figueiredo, o clero sergipano, por fidelidade aos padrões e valores da época, aceitou a marginalização do negro. Conduzindo-os a discriminações tão reprováveis quanto o racismo que institucionalmente existia. Registrava-se assim, na província, a existência de irmandades que incluem estatutariamente os homens de cor.¹⁴²

Observaremos agora tais irmandades. Primeiramente a Irmandade de nossa Senhora de Guadalupe, de Estância, aprovada pela Resolução nº 350, de 14/05/1852 no capítulo III, as qualidades ou condições do indivíduo para pertencer aos seus quadros. Em seu art.6º, além de exigir “ter boa conduta moral e ser católico apostólico Romano”, era necessário “ser branco”. A segunda Irmandade foi a de Santas Almas de Itabaiana que, na resolução nº 674, de

¹³⁸ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.28, 26/04/1851, p.02

¹³⁹ *Ibid.*2002, p.67.

¹⁴⁰ *Ibid.*2002, p.67.

¹⁴¹ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.31, 27/04/1850, p.01.

¹⁴² FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p.71.

03/06/1864, publica que recebia “toda e qualquer pessoa batizada de qualquer estado que seja”, não admitindo, contudo, “os cativos e libertos”. A terceira Irmandade é a de Nossa Senhora de Rosário, em Santa Luzia que prova, na Resolução nº 974, de 23/04/1974, art.25, “recebia pessoas de qualquer nacionalidade, sexo e condições, não admitindo, porém escravos, fâmulos e menores sem licença escrita de seus senhores, amos, pais e tutores”.¹⁴³ Percebe-se assim que até mesmo as Irmandades tinham o preconceito discriminatório de cor. Tentava-se separar os espaços religiosos da elite e dos escravos. Mas a atenção espiritual aos cativos não era negada. Ela só deveria ocorrer em espaços específicos.

O Governo provincial também se preocupa em aumentar a renda da receita com cobranças de impostos sobre os escravos. Já se viu o quanto era rentável o tráfico de escravos e as divisas gerados por ele, que não findava com sua venda ao senhor. A partir de então muitas atividades que envolvessem escravos eram taxadas.¹⁴⁴

Um desses impostos era o pagamento da Meia Siza. O Jornal *Correio Sergipense* publica na resolução nº 360, de 15/11/1853, em que o Doutor Luiz Antônio Pereira Franco, presidente da província de Sergipe, decretou e sancionou no art.1º “os devedores de meia siza de escravos compradores até a presente data poderão paga-las nas diferentes mezas de rendas e exatorias dentro de seis meses, ficando assim isentos das penas impostas pelo regulamento provincial de 01/11/46”. No Art. 2º “aquele, que as não pagarem dentro deste prazo, e no de 30 dias para novas compras, ficarão sujeitos ao pagamento em dobro”. São solidários neste “pagamento o vendedor e o comprador”. No art.4º da mesma resolução o presidente isenta algumas pessoas de pagarem o imposto. Estipula o artigo que “são isentos os proprietários de engenhos de fazer açúcar, e os lavradores de canas do pagamento de meia siza, tanto em relação às compras de que ainda a não tenham pago, com as que d’ora em diante fizerem, devendo todavia apresentarem os títulos das novas compras nas meãs e exatorias para serem revogados”.¹⁴⁵

Outro imposto incidia sobre o transporte de escravos de uma província para outra sem passaporte. Diz o Capítulo Único, com Título IX. Art.108º, “Está sujeito o imposto de 150\$000 réis todo escravo despachado para fora da província, seja qual for o porto ou lugar de onde sair”. E o Art.109º, “esse imposto deverá ser pago na estação fiscal do lugar, em que expedir o passaporte do escravo para fora da província”.¹⁴⁶

¹⁴³ Ibid.1977, p.71.

¹⁴⁴ Ibid.2002, p.66

¹⁴⁵ *Correio Sergipense*, Aracaju, n.63, de 17/11/1853, p.01

¹⁴⁶ SERGIPE. *Compilação das leis Províncias de 1835-1888*. Aracaju Tipografia da Rua da Aurora Vol. I, A-H N17-A s/d, p.50.

Segundo Almeida, um dos serviços que atraía muitos escravos era o de marinheiro¹⁴⁷e, para lucrar com os serviços destes, se impunha o imposto sobre os escravos empregados no serviço de barcas e canoas de aluguel. Intitula-se no Capítulo Único com Título XVII. Art.154, “nenhum escravo será admitido a matrícula pela capitania do porto para fazer parte da tripulação de embarcação empregada na navegação fluvial, sem se apresentar conhecimento passado pelas mezas, exatorias ou agencias de haver pago o imposto de 10\$000rs por cada escravo”. No art.155, determina-se que “Para fazer-se o efetivo pagamento do dito imposto a parte apresentara nas mezas de rendas, exatorias ou agencias uma minuta contendo o nome do senhor do escravo e o nome do escravo, recebera das repartições fiscais um talão contendo as mesmas declarações”. E, por fim, no Art.157 “o dono do escravo que o empregar no serviço da navegação fluvial sem ter previamente pago o imposto, além de ficar obrigado pelo mesmo imposto pagará também a multa de 50\$000rs”.¹⁴⁸

A Província Sergipana aplicava imposto de licença até mesmo para africanos livres poderem mercadejar. Consta na Regulamentação Geral de 1867, Capítulo XXVI art. 193º “está sujeito ao imposto anual de 20\$000 réis toda preta ou preto africano, que não sendo escravo, mercadejar por sua conta, ou pela de outrem, na capital, e nas cidades e vilas da província seja qual for a natureza da mercadoria”.¹⁴⁹

Segundo Maria Odila, para o cativo poder vender nas ruas tinham de dispor de uma carta de ofício, que adquiria mediante exame, perante as autoridades da Câmara Municipal de São Paulo; tinham de pagar licenças de registro e multas, caso não cumprissem estritamente a regulamentação.¹⁵⁰ Consta na compilação das leis sergipanas que a licença para escravos empregados no ganho era de 2\$000 reis.¹⁵¹

Portanto, compreende-se que os escravos, seja no âmbito rural ou urbano, foram de crucial importância para a economia Sergipana, pois geravam lucro e o enriquecimento dos seus senhores. Através de uma leitura atenta dos anúncios e notícias da escravidão publicada nos jornais sergipanos, torna-se possível desvendar os vários aspectos da presença dos escravos no cotidiano urbano dos núcleos de Sergipe. Além disso, nos possibilita identificar o

¹⁴⁷ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.208

¹⁴⁸ SERGIPE. *Compilação das Leis Províncias de 1835-1888*. Aracaju Tipografia da Rua da Aurora Vol. I, A-H N17-A s/d, p.59.

¹⁴⁹ SERGIPE. *Compilação das Leis Províncias de 1835-1888*. Aracaju Tipografia da Rua da Aurora Vol. I, A-H N17-A.1835-1888, p.66.

¹⁵⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984,p. 95.

¹⁵¹ SERGIPE. *Compilação das Leis Províncias de 1835-1888*. Aracaju Tipografia da Rua da Aurora Vol. I, A-H N17-A s/d, 1835-1888, p.319.

dinamismo das relações sociais que nem sempre se enquadravam nos estreitos limites legais estabelecidos nas posturas municipais, que perseguiram os cativos ou até mesmo os negros e pardos livres. Os escravos estavam inseridos nos locais públicos, trabalhando no ganho, no aluguel ou marinheiro, sendo agentes de si.

Considerações Finais

Encontramos no âmbito urbano dos núcleos do Sergipe oitocentistas a presença da escravidão urbana, modalidade em que identificamos indivíduos escravos de ambos os sexos que moravam na cidade junto com o senhor, ou em quartos alugados e realizavam diversas atividades manuais. As mulheres se ocupavam de ama-de-leite, cozinheira, engomadeira, lavadeira, quitandeira. Os homens eram carpinteiros, pedreiros, sapateiros, carregador de cadeira, marinheiro e até mesmo cozinheiro. Possuir um escravo mesmo que fosse apenas um era sinônimo de status, no mundo urbano não era diferente. Ter um cativo matriculado com especificidades de trabalho era fonte de lucro e privilégio. Porém como ressalta Karasch, “o preço do privilégio de possuir escravos está claro, era pago pelos próprios escravos com trabalho debilitador e morte prematura”.¹⁵²

Outro aspecto observado é o fato de que os escravos urbanos tinham uma vida com mais autonomia do que o rural. Por um, lado sim, pois estavam longe da vista do senhor, circulavam pela cidade e até mesmo podiam juntar um pecúlio para comprar sua alforria. Podemos assim concluir que esses indivíduos foram agentes de suas próprias histórias, ainda que sob o peso da escravidão. Porém, por outro lado, podemos ver que o cativo era vigiado e punido pelo poder local e força policial, que tentava coibir pelas atas e leis das câmaras municipais a sua mobilidade e o comércio nos locais públicos reduzindo a possibilidade de juntar pecúlio. Nesse âmbito, compartilho da opinião de Nabuco em *O abolicionista* que citado por Santos, diz “a verdade é que toda escravidão é a mesma e quanto à bondade dos senhores, esta não passa de resignação do escravo. O limite da crueldade do senhor está, pois na passividade do escravo”.¹⁵³

Enfim, a falta de estudos mais aprofundados e de informações específicas sobre os escravos urbanos em Sergipe dificulta bastante a análise das peculiaridades da escravidão urbana em seu âmbito. São poucos os dados disponíveis na historiografia urbana da escravidão, daí pouco se conhece da mesma em Sergipe. Tornando-se ainda um campo por

¹⁵² KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.206.

¹⁵³ SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008, p.70.

desbravar, aberto para novas pesquisas. Os “ecos” da escravidão urbana se apresentam de forma onipresente na vida urbana do Sergipe Oitocentista, porém tenho certeza que muitos outros subsídios de histórias de escravos urbanos na província sergipana poderiam ser encontrados, bem como outros aspectos do cotidiano da escravidão urbana podem, em pesquisas futuras, serem desenvolvidos a partir das matérias, informações, anúncios estampados nos jornais, anúncios de fuga, compra e venda de escravos, licenças de locação de serviços, registros de fundo de emancipação, cartas de alforrias, processos civis e criminais e atas das câmaras municipais.

FEATURES OF URBAN SLAVERY IN 19TH CENTURY’S SERGIPE: MARKET, CONFLICTS AND LOCAL POWER (1850-1870)

Abstract: In this article, we look at the urban slavery in the province of Sergipe in the 19th century. Our main historical sources are the periodical press (especially ads for the purchase, sale rent and escape of slaves) associated with other administrative documents (like provincial legislation and municipal urban codes). Rooted on the theoretical and methodological contributions of Social History, we discuss the constitution and dynamics of urban slavery in Sergipe, mainly problems such as market, local power and conflicts in the urban public environment. Our research reveals that the slavery was widespread throughout the urban area, from the downtown to the suburbs. At the same time, our evidences demonstrates that the slaves’ experiences cumulated improvisation, acculturation and resistance. Therefore, we conclude that the presence of slaves at 19th century’s Sergipe was very important for the conformation of social and everyday relationships of urban life.

Key-words: Urban Slavery, Market, Local Power.

Referências e Fontes

Hemeroteca Digital Brasileira

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx><http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5D1780201782452.DocLstX&pesq=>

Correio Sergipense, Aracaju, nº.36, 15/05/1850
Correio Sergipense, Aracaju, nº.35, 11/05/1850.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.31, 27/04/1850.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.30, 21/04/1851.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.59, 20/08/1851.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.30, 14/05/1851.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.37, 28/05/1851.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.28, 26/04/1851.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.45, 09/06/1852.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.40, 22/03/1852
Correio Sergipense, Aracaju, nº.39, 19/05/1852
Correio Sergipense, Aracaju, nº.80, 16/09/1853.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.13, 19/01/1853.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.14, 23/02/1853.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.67, 01/10/1853.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.22, 09/04/1853.
Correio Sergipense, Aracaju,nº.63, 17/11/1853
Correio Sergipense, Aracaju,nº.71, 23/07/1854.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.62, 18/08/1854.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.32, 01/05/1854.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.24, 30/05/1855.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.68, 29/09/1856.
Jornal do Aracaju, Aracaju, nº.46, 30/08/1856.
Correio Sergipense, Aracaju,nº. 38,12/08/1857.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.12, 23/02/1857.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.51, 21/11/1857.
Correio Sergipense, Aracaju, nº.24, 05/05/1857.

Correio Sergipense, Aracaju, nº.55, 13/11/1858.

Correio Sergipense, Aracaju, nº.15, 16/05/1859.

Correio Sergipense, Aracaju, nº.22, 09/04/1859.

Correio Sergipense, Aracaju, nº.19, 30/07/1859.

Correio Sergipense, Aracaju, nº.88, 18/10/1860.

Correio Sergipense, Aracaju, nº.17, 08/06/1861.

Jornal do Aracaju, Aracaju, nº.08, 11/01/1862.

Biblioteca Epifânio Dória

Diário de Sergipe, Aracaju, n.78, 12/04/1877.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE

SERGIPE. *Compilação das Leis Províncias de 1835-1888*. Aracaju Tipografia da Rua da Aurora Vol. I, A-H N17-A s/d.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente*. Petrópolis, Vozes, 1984.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*– Salvador, 2007.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco e Alagoas e Sergipe*, 1859, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

CARMO, Sura Souza. *Doce província? O cotidiano escravo na historiografia sobre Sergipe oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COSTA, de Lurdes Ribeiro da. *Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX, 1991*. Ver: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>

SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe*, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo, *O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe*, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *As cartas de alforria e a religiosidade – Sergipe 1780-1850*. São Cristóvão, 1998.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Wandercléia Santos. *Os Escravos na Legislação Provincial de Sergipe*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, UFS, 2002.

MOTT, Luiz, *Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade Aracaju*, Fundesc, 1986.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*, Aracaju, FUNCAJU, 2000.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos, *História econômica de Sergipe*, Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.

REIS, João José. *A Revolta dos Malês em 1835*. UFBA, 2008, educacao.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/.../a-revolta-dos-males.pdf.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, José Lima. *História do Saneamento Básico em Sergipe*. Aracaju: DESO, 1999.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. “*Entre Farinhadas, Procissões e Família. A vida de homens e mulheres escravas em Lagarto, 1850-1888*”, Dissertação de Mestrado em História, UFBA, 2004.

SANTOS, Maria Nely dos. *Aracaju: um olhar sobre sua evolução*. Aracaju: Triunfo, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala: Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tese de Doutorado em História Social defendida USP, 2012.

SEBRÃO SOBRINHO. *Laudas da História de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1946.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória Sobre a Capitania de Sergipe*. Governo de Sergipe. Aracaju: 1943.